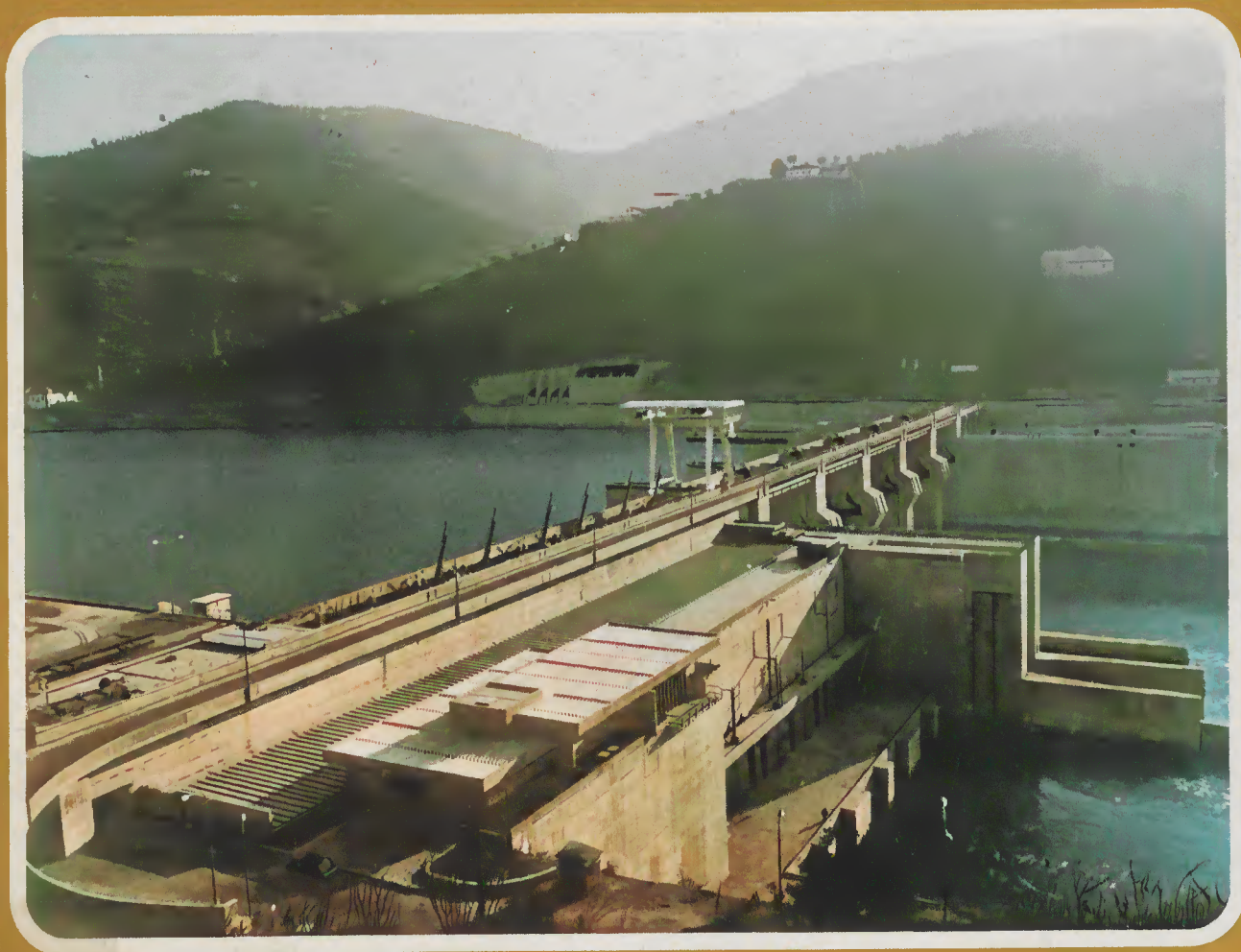




Alvaro

COMPANHIA PORTUGUESA DE ELECTRICIDADE/CPE
EMPRESA NACIONALIZADA

RELATÓRIO DO EXERCÍCIO 1975





COMPANHIA PORTUGUESA DE ELECTRICIDADE/CPE

EMPRESA NACIONALIZADA

Relatório • Balanço e Contas de Resultados • Quadros

EXERCÍCIO DE 1975

reg. 125472
EC 10307

NA CAPA :

APROVEITAMENTO DA RÉGUA
(Douro Nacional)

Tip. SOCIEDADE de PAPELARIA, Lda.
Rua da Boavista, 375 — P O R T O

RELATÓRIO DO EXERCÍCIO DE 1975

Senhor Ministro da Indústria e Tecnologia:

A Comissão Administrativa da CPE, responsável pela gestão da empresa desde a nacionalização em 16 de Abril de 1975, submete à vossa apreciação, em cumprimento da lei e dos estatutos, o relatório, o balanço e as contas de todo o exercício do ano de 1975.

A nacionalização não determinou uma alteração imediata na vida da empresa, não só porque o domínio do capital social por Entidades Oficiais tornava já a CPE um instrumento directo, embora autónomo, de concretização da política económica do Governo, mas sobretudo porque a reestruturação do sector ensaia ainda os primeiros passos. Regista-se, contudo, a colaboração prestada à Comissão de Reestruturação quer pelos Serviços quer por técnicos destacados para Grupos de Trabalho.

O relatório incide essencialmente nos aspectos administrativos e económico-financeiros, dado que será complementado pelo relatório técnico, a publicar em separado, e que incide especialmente sobre os domínios da construção e da exploração.

Em anexo é apresentada a série de quadros que habitualmente acompanha o relatório, dos quais o primeiro inclui o «resumo estatístico» cuja consulta permite de per si, fazer uma ideia global de como decorreu o exercício em apreciação, comparativamente com o do ano precedente.

EXPLORAÇÃO

Empreendimentos em exploração

Os empreendimentos da CPE em exploração no final de 1975 estão indicados no quadro II, correspondendo os respectivos custos ao valor escritural em 31 de Dezembro de 1975.

O quadro difere do apresentado no relativo a 1974, para além de algumas alterações nos custos de alguns equipamentos então ainda não totalmente concluídos, nos seguintes pontos:

- aproveitamento de Fratel, no Tejo: o 2.º gerador ligado à rede pela primeira vez em Abril e o 3.º e último gerador em Dezembro;
- central térmica do Alto de Mira: o 1.º gerador ligado à rede pela primeira vez em Março e o 2.º em Junho;
- rede de transporte: linhas de 150 kV: o aumento de comprimento resulta da entrada em serviço da linha Ermesinde - Estarreja II; linhas de 60 kV: entrada em serviço das linhas Setúbal-Eurominas e Alto de Mira-Amadora I e II;
- subestações: aumento de potência instalada em Vermoim (um transformador de 3 × 40 MVA, 220 kV/60 kV e um autotransformador de 3 × 40 MVA, 220 kV/150 kV); em Pocinho (um transformador de 3 × 30 MVA, 220 kV/60 kV); em Carregado (um transformador de 120 MVA, 220 kV/60 kV); em Alto de Mira (um transformador de 3 × 40 MVA, 220 kV/60 kV); em Ferreira do Alentejo (um transformador de 50 MVA, 150 kV/60 kV); em Tunes (dois transformadores de 60 MVA, 150 kV/60 kV e saída do transformador de 50 MVA para Ferreira do Alentejo).

Produção e consumos

A produção de energia no conjunto das centrais da CPE, em 1975, totalizou 9 226 GWh, valor que corresponde a cerca de 88,1 % da produção total do País (serviço público e particular) ou a 93,3 %

se se considerar apenas a rede das principais empresas de serviço público.

Nos três últimos anos, a repartição da produção da CPE foi a seguinte, em GWh:

	1975	1974	1973
Sistema Douro	3 643	4 794	4 284
Sistema Cávado-Rabagão	1 194	1 312	1 351
Sistema Zêzere-Tejo	788	773	780
Centrais hidráulicas	5 625	6 879	6 415
Centrais térmicas	3 601	2 271	1 863
TOTAL	9 226	9 150	8 278
Saldo importador (trocas inter.)	+ 200	+ 42	— 10
TOTAL	9 426	9 192	8 268

Os números anteriores evidenciam a acentuada quebra do ritmo de crescimento do consumo (medido na produção) registada em 1975. Contudo a diminuição muito acentuada da produção hidráulica originou sensível acréscimo de produção térmica e do saldo importador.

A produção térmica repartiu-se do seguinte modo:

Carregado	2 274 GWh
Tapada do Outeiro	673 »
Tunes	78 »
Alto de Mira	76 »

Em 1975, a produção térmica correspondeu a 39 % da produção total da nossa rede; em 1974 e 1973 essa percentagem havia sido, respectivamente, 25 e 23 %.

Este acréscimo muito acentuado de produção térmica resultou, como ficou dito, da hidraulicidade desfavorável do ano. Com efeito, o coeficiente de produtividade hidroelétrica do nosso sistema produtor (relação entre as energias hidráulicas afluentes num dado ano e em ano hidrológico médio) foi, em 1975, de apenas 0,66, valor que se situa em 0,69 se nos referirmos ao ano hidrológico (1 de Novembro de 1974 a 31 de Outubro de 1975). Para permitir uma comparação com o ano anterior indica-se que em 1974 os coeficientes de produtividade haviam sido 0,95 e 0,92, respectivamente, para o ano civil e o ano hidrológico.

O saldo importador este ano verificado resulta, para além de pequenos trânsitos não programados que sempre ocorrem, de: exportação, durante o 1.º semestre, de energia para pagamento da importação efectuada durante o período de baixas afluências de 1974; importação de energia, durante a estiagem de 1975, paga à Electricité de France.

Na rede da CPE e empresas interligadas, abastecendo actualmente cerca de 95 % do consumo total do País, verificou-se em 1975, relativamente a 1974, um decréscimo de produção de 1,1 %. Considerando, porém, o saldo dos trânsitos na interligação internacional e o consumo em bombagem hidroelétrica, obtém-se:

	1975	1974
acréscimo de consumos totais	0,9 %	10,3 %
(referido à produção)		

Movimento de energia

O movimento de energia na rede da CPE, em 1975, pode sintetizar-se do seguinte modo:

	GWh
Produção total	9 226
Saldo importador	200
Outras recepções	11
Consumo em bombagem	38
Perdas na rede e consumos próprios	774
Energia vendida:	
Companhias Reunidas Gás e Electricidade	2 441
União Eléctrica Portuguesa	
Rede Norte	1 535
Rede Sul	891
Companhia Hidro-Eléctrica do Norte de Portugal	1 070
Companhia Eléctrica das Beiras	412
Câmara Municipal do Porto	329
Hidro-Eléctrica Alto Alentejo	411
Companhia Eléctrica do Alentejo e Algarve	254
Empresa Hidro-Eléctrica da Serra da Estrela	118
Hidro-Eléctrica Portuguesa	8
Total Grandes Distribuidores	7 469
Total Consumidores Especiais	1 146
Total da energia vendida	8 615

A energia total facturada à CMP foi de 663 GWh, sendo de 334 GWh a parte fornecida indirectamente através da rede da UEP.

A energia atrás designada como consumo em bombagem resulta da transferência de água, por bombagem, da albufeira de Venda Nova para a do Alto Rabagão. Esta transferência, que tem correspondido normalmente a um aproveitamento de energia hidráulica excedente na nossa rede, permitiu, em 1975, valorizar energia de menor custo sem colocação directa durante períodos de menor consumo.

Tarifas e receitas. Contratos

Por despacho conjunto das Secretarias de Estado do Abastecimento e Preços e da Indústria e Energia, de 3/3/75, foi a CPE autorizada a cobrar mais \$03,5/kWh na energia facturada, elevando assim para os \$07/kWh o adicional já previsto no despacho de 18/10/74, para compensar a CPE do acréscimo de encargos resultante da subida do preço do fuel-óleo consumido nas suas centrais térmicas determinada pelo Governo (de 600\$00 para 1 300\$00/ton.).

Por aquele mesmo despacho foi estabelecido que o adicional de \$07/kWh, que a CPE foi autorizada a cobrar, reverteria totalmente a favor do Fundo de Apoio Térmico. Simultaneamente foi determinado que reverteria também para o FAT a importância de \$07/kWh a pagar por toda a energia de origem hídrica dos auto-produtores, entrada nas redes de distribuição.

O quadro III mostra que, enquanto o total da energia vendida pela CPE aumentou uns escassos 5 % em relação a 1974, as receitas desta venda e os respectivos preços médios aumentaram, respectivamente, de cerca de 25 % e 20 %, neles incluídos os valores relativos à energia fornecida aos chamados clientes especiais da CPE (Tracção eléctrica, Electroquímica e Electrometalurgia).

A razão disso está no adicional de \$07/kWh, aplicado a toda a energia vendida pela CPE desde Março de 1975 (em substituição do adicional de \$03,5/kWh, aplicado desde fins de Outubro de 1974) e, no que respeita à energia de tarifas especiais, à correcção de situações anteriores através

da consideração dos novos adicionais embora a fixação definitiva de novas condições esteja ainda dependente das Instâncias Oficiais competentes.

Embora em alguma coisa se tenha avançado na redacção de novos contratos com os nossos clientes especiais, apenas pôde ser ultimado o da Siderurgia Nacional, referente à energia fornecida às suas instalações siderúrgicas do Seixal, que veio a ser assinado em 8 de Agosto.

Abastecimento de combustíveis

Central da Tapada do Outeiro

(Produção em 1975: 673,0 GWh)

O carvão nacional (antracite) armazenado nos parques da central, no início de 1975, era de 120 506 t. O consumo anual foi de 186 352 t, tendo sido recebidas na central 207 684 t, pelo que a existência no final do ano se situava em 141 838 t.

O consumo de fuel-óleo nesta central atingiu 128 946 t, sendo de 5 145 t o armazenamento no final do ano.

Central do Carregado

(Produção em 1975: 2774,4 GWh)

O consumo de fuel-óleo nesta central foi de 634 806 t. Foram recebidas na central 632 007 t, sendo de 41 896 t o armazenamento no final do ano.

Central do Alto de Mira

(Produção em 1975: 76,0 GWh)

O consumo de gasóleo situou-se em 29 266 kl. Foram recebidos na central 36 246 kl, sendo de 7 124 kl o armazenamento no final do ano.

Central de Tunes

(Produção em 1975: 77,6 GWh)

O consumo total de gasóleo foi de 32 574 kl. Foram recebidos na central 31 966 kl, sendo de 1 677 kl o armazenamento de gasóleo no final do ano.

NOVOS EMPREENDIMENTOS

Empreendimentos em curso de realização

Os empreendimentos em curso de realização são os que constam dos quadros IV e V, nos quais se indicam algumas das suas características e datas previstas de entrada em serviço.

Muito resumidamente, a situação dos trabalhos nos vários empreendimentos em curso de construção é a seguinte:

Centrais hidroeléctricas

Valeira

Prosseguiram os trabalhos de construção da barragem, da central e da eclusa de navegação, assim como as obras de restabelecimento de comunicações interrompidas pela albufeira deste aproveitamento.

Desenvolveram-se as montagens dos equipamentos hidro e electromecânicos, prevendo-se a ligação à rede do 1.º grupo gerador em meados do ano corrente.

Pocinho

Tiveram início os trabalhos de construção de acessos e instalações do estaleiro e foi executada uma primeira fase das escavações de fundação da barragem, para facilitar o desvio do rio na próxima estiação.

Foi lançado o concurso para a empreitada de construção da barragem, central e subestação, que veio a ser adjudicada já no início de 1976.

Aguieira

Com a conclusão das escavações e o desenvolvimento das betonagens prosseguiram os trabalhos de construção da barragem e da central.

Efectuaram-se as montagens dos equipamentos hidromecânicos e das condutas do circuito hidráulico dos 3 grupos geradores e foi iniciada a montagem dos respectivos difusores metálicos.

Raiva

Foi adjudicada em Junho a empreitada de construção deste aproveitamento, situado 10 quilómetros a jusante da Aguieira.

Realizou-se o desvio provisório do rio, em canal pela margem direita, iniciaram-se as escavações para fundação da barragem e as betonagens num dos blocos do descarregador, de acordo com o programa previsto.

Fratel

Terminaram as montagens do equipamento electromecânico da central, com a ligação à rede, em Maio e em Dezembro, do 2.º e do 3.º grupos geradores.

Prosseguiram ainda diversos trabalhos de acabamentos, em particular os do edifício da central, condicionados pelo desenvolvimento das montagens.

Alqueva

Decidido superiormente, já próximo do fim do ano, o arranque das obras de construção deste aproveitamento, foi imediatamente iniciada a fase de revisão do projecto para execução e criada a equipa de direcção da obra, com vista ao início dos trabalhos preparatórios de instalação do estaleiro.

Centrais térmicas

Carregado

Concluiu-se a montagem do grupo 5 que entrou em serviço experimental em Outubro.

Prosseguiu a montagem de equipamentos referentes ao grupo 6, prevendo-se a sua entrada em serviço experimental no segundo semestre de 1976.

Concluíram-se os trabalhos de montagem de equipamentos na subestação exterior de 220 kV.

Alto de Mira

Foram completados os trabalhos de montagem e ensaios dos dois grupos de turbinas a gás, com entrada em serviço industrial em Julho e Agosto.

Setúbal

Foram adjudicados os seguintes fornecimentos e empreitadas: instalações de armazenagem e manuseamento do fuel-óleo; aparelhagem de 400 kV; quadros de média e baixa tensão e fontes auxilia-

res; instalações de condicionamento de ar dos auxiliares eléctricos e de ventilação e aquecimento dos edifícios sociais e anexos; instalação eléctrica destes edifícios; cabos eléctricos; ascensor e montacargas; equipamento de elevação e manuseamento diverso; fundações para os reservatórios de fuel-óleo e água; e chaminé.

Prosseguiram as obras de construção civil do corpo da central, as do circuito de arrefecimento dos condensadores e as dos edifícios sociais e anexos, tendo as destes últimos entrado em parte na fase de acabamentos.

Iniciaram-se as obras de montagem da construção metálica e revestimento da sala de máquinas e as da empreitada da chaminé comum aos dois primeiros grupos.

Foram iniciados os trabalhos de montagem da estrutura metálica de suporte da caldeira do 1.º grupo e os da instalação eléctrica e da instalação de aquecimento e ventilação dos edifícios sociais e anexos.

Procedeu-se à montagem das bombas de captação de água industrial e executaram-se os respectivos abrigos.

Barreiro

Encontram-se em vias de conclusão as obras principais de construção civil e em fase de montagem os equipamentos da central e subestação. Foram colocadas todas as encomendas principais excepto a da conduta de adução do circuito de água de refrigeração que se prevê encomendar no primeiro trimestre de 1976.

Rede de transporte

Os trabalhos relativos à construção, ampliação e remodelação de linhas e subestações prosseguiram em ritmo crescente, merecendo realce:

- continuação dos trabalhos de montagem da linha a 400 kV entre as zonas de Estarreja e de Rio Maior e dos seus prolongamentos até Carrapateiro e Valdigem, no extremo Norte, e Rio Maior e Carregado, no extremo Sul.
- a elaboração do projecto e execução parcial das linhas e subestações da futura rede a 400 kV, incluindo os troços central de Setúbal — Palmela e Rio Maior — Cedillo.

— para as novas subestações de Palmela e Rio Maior, respectivamente a 400/150 kV e 400/220 kV, foram adquiridos os terrenos e adiantaram-se os estudos e projectos de execução, tendo já sido lançadas consultas e feitas algumas adjudicações, incluindo 4 autotransformadores de 450 MVA.

— avanço da montagem de condensadores a 60 kV em várias subestações.

Planeamento de novos centros produtores de electricidade

Em 1975 fez-se uma revisão significativa do programa de novos centros produtores de electricidade.

O novo plano plurianual de investimentos foi levado à consideração do Governo em relatório entregue no Ministério da Indústria e Tecnologia em Agosto. Foi então proposta a aceleração do programa hidroeléctrico com a abertura, em 1976, dos estaleiros de Crestuma e Alqueva. Assim, mesmo depois da conclusão da obra da Valeira, estariam em actividade quatro estaleiros — Aguireira e Pocinho, decididos em 1974, e os novos empreendimentos a lançar.

Além dos objectivos de longo prazo visados por estes investimentos, que excedem largamente o sector da electricidade, salientam-se os benefícios imediatos na criação de postos de trabalho durante o período de construção.

Os novos empreendimentos hidroeléctricos a lançar em 1978 para garantir as necessidades de potência do País deverão ser oportunamente seleccionados face às conclusões dos estudos em curso adiante referidos.

O programa de novas centrais termoeléctricas proposto ao Governo, comportando ajustamentos em resposta à evolução real dos consumos, apresentava duas variantes: a variante de menores custos correspondia ao lançamento imediato de concursos para o fornecimento dos equipamentos principais para o primeiro grupo nuclear, ficando o arranque da segunda fase da central termoeléctrica de Setúbal dependente da evolução dos consumos; em alternativa, o diferimento do arranque do projecto nuclear implicaria o próximo lançamento de concursos e a construção dos grupos III e IV de Setúbal.

O programa de novos centros produtores foi presente ao Encontro Nacional de Política Energética realizado no Porto em Novembro.

Durante o ano de 1975 não houve uma decisão do Governo em relação às alternativas propostas pela Companhia. Somente em relação a Alqueva, já próximo do fim do ano e na sequência do relatório de um Grupo de Trabalho criado por despacho conjunto dos Secretários de Estado da Agricultura, Indústria e Energia, Obras Públicas e Planeamento (III Governo Provisório), foi decidido arrancar com o empreendimento. No âmbito da CPE foi criada a Equipa de Projecto de Alqueva tendo-se iniciado a revisão do projecto contemplando o alteamento da barragem e a instalação de maior potência.

Entretanto prosseguiram os trabalhos preparatórios do lançamento de consultas de fornecimento dos equipamentos para a segunda fase da central de Setúbal, 2 grupos de 250 MW.

Quanto ao programa nuclear prosseguiram os estudos do sítio para a primeira central nuclear e os relativos aos respectivos serviços preliminares de engenharia, tendo-se concluído a preparação dos cadernos de encargos principais e apresentado o pedido de licença preliminar.

Já em 1976 o Governo confirmou a orientação preconizada para o programa hidroelétrico e determinou o lançamento dos concursos principais para o primeiro grupo nuclear. Simultaneamente foi determinado que o prosseguimento do programa nuclear dependerá de apreciação de relatório a apresentar até final de Outubro de 1976 com base nos resultados dos concursos.

O investimento global em centros produtores, no quinquénio 1976 até final de 1980, atingirá 36,5 milhões de contos a preços de final de 1975. Para igual período previa-se, há um ano, um investimento da ordem de 24,5 milhões de contos o que reflecte o enorme aumento de preços dos equipamentos e o encarecimento dos meios de financiamento, e também, se bem que em menor medida, a aceleração do programa hidroelétrico.

Prosegue intensamente a actividade no domínio dos estudos e projectos. Além dos estudos em apoio das equipas de projectos e dos trabalhos relativos a centros produtores em exploração são de salientar:

— estudos e projectos relativos a novos empreendimentos hidroelétricos, nomeadamente:

a revisão do projecto de Alqueva de que resultou a subida do nível da albufeira e o aumento da potência a instalar; o Plano Geral do Aproveitamento da Rocha da Galé, em fase final de elaboração; o prosseguimento do estudo do reforço de potência nas quedas já equipadas do Cávado e Douro Internacional, incluindo o estudo da instalação do 2.º grupo no escalão de Vilarinho das Furnas; o acompanhamento dos estudos do escalão do Sela, no troço internacional do rio Minho, em colaboração com a FENOSA; o Plano Geral do Alto Tua, praticamente terminado, composto pelos escalões do Monte e de Rebordelo, pelas derivações de Vinhais e do Alto Rabaçal e pelo contra-embalse de Valpaços.

— estudos realizados para outras entidades, incluindo: início do estudo da obra de derivação do rio Alba para Aguieira, prevista no local de Fronhas; conclusão do estudo do sistema de aviso de cheias na bacia hidrográfica do rio Limpopo em Moçambique.

Planeamento da rede de transporte

O plano de desenvolvimento da rede de transporte a curto prazo, até 1980, foi objecto de uma análise aprofundada com vista ao seu enquadramento nas novas perspectivas resultantes da nacionalização do Sector e à sua adaptação à actual estimativa de evolução dos consumos, cujo ritmo de crescimento em 1975 foi substancialmente inferior ao verificado nos últimos anos.

Para além do natural reforço das redes de 220 kV e 150 kV e da abertura de novas subestações de alimentação das redes de distribuição regionais — Valdigem, Barreiro, Sines, Fernão Ferro e Braga — é de realçar, como um dos objectivos deste plano a curto prazo, a introdução da nova tensão de transporte e interligação de 400 kV. Na sua fase inicial, esta nova rede, cuja entrada em serviço está programada para 1977/78, será essencialmente constituída pelas subestações de Rio Maior e de Palmela, pela linha que as interliga e pela linha de interligação internacional Rio Maior-Cedillo.

O investimento anual correspondente a este plano de curto prazo é superior a 100 milhares de contos.

Iniciou-se igualmente em 1975 a análise do plano a longo prazo, actividade que irá ocupar o sector do planeamento da rede em 1976, com a finalidade de rever as grandes linhas orientadoras da expansão da rede, que irão enquadrar as sucessivas concretizações a curto e médio prazo.

INVESTIGAÇÃO

No prosseguimento de uma política já definida anteriormente têm-se intensificado os contactos com organizações internacionais da especialidade e empresas congéneres europeias com o objectivo de formação de quadros competentes, capazes de suprimir ou reduzir significativamente a curto prazo e em muitos domínios da especialidade a importação de engineering.

Todavia, a escassez das dotações do Laboratório, designadamente de quadros actualizados, pode constituir um estrangulamento no desempenho das atribuições que lhe estão consignadas no Manual de Organização que este ano entrou em vigor.

Como primeiro resultado desta política assinala-se a colaboração nos trabalhos referentes à introdução do novo escalão de tensão, 400 kV, nomeadamente, o estudo de protecções estáticas destinadas à rede e de protecções de barramentos, e os ensaios das cadeias de isoladores das futuras linhas.

Além da actividade corrente, compreendendo a instalação, conservação e reparação dos sistemas de teleinformações e protecções, a colaboração na recepção de equipamento de alta tensão, o apoio na recepção e reparação de equipamento de medida de alta precisão e de contagem, e ainda os estudos de simulação para a conveniente exploração da rede a curto prazo, é de destacar a actividade desenvolvida nas seguintes matérias:

- telecomando das centrais hidráulicas;
- estudo de novos protótipos de centrais telefónicas automáticas;
- estudo e encomenda de material necessário ao deslastre automático de cargas;
- controlo físico, químico e biológico das águas de algumas das albufeiras;

— lançamento dos ensaios de campo referentes à medida de níveis de poluição;

— estudos de simulação da interligação das redes portuguesa e espanhola em condições estáticas e transitórias, com o apoio de um conjunto de programas implementado no computador UNIVAC.

Centros de Cálculo

Em 1975 registou-se um notável incremento na utilização do equipamento dos Centros de Cálculo devido a um recurso mais sistemático aos meios de cálculo automático e à implementação de novas aplicações nos campos científicos e de gestão administrativa.

Como fora anunciado no relatório do ano passado, procedeu-se à substituição do sistema existente no Centro de Cálculo do Porto — IBM 1130 com memória central estendida — por um outro de bastante mais potência quer em memória central e velocidade de cálculo, quer em memórias auxiliares e muito mais versátil dadas as suas características operacionais.

Trata-se do sistema IBM 370/115 cujo equipamento ficou operacional em Setembro de 1975, continuando neste momento a conversão de programas e o treino dos operadores.

Com a introdução do novo sistema impõe-se agora uma reestruturação da organização, actualmente na fase de lançamento, em coordenação com o Centro de Cálculo de Lisboa.

Com a expansão do equipamento, o ritmo de desenvolvimento das aplicações, em particular no domínio da gestão, fica dependente de adequada dotação de pessoal qualificado.

Salienta-se a intensa actividade desenvolvida pelo Centro de Cálculo de Lisboa junto de outros departamentos, no campo de formação informática e de promoção da utilização do cálculo automático, e a sua participação activa em estudos e trabalhos conducentes à implementação de novos sistemas informáticos.

ORGANIZAÇÃO GERAL

No prosseguimento da reorganização da CPE foi criado o Gabinete de Organização e Métodos (GOM) com a finalidade de dar parecer e apoio especializado em matéria de organização, quer à Comissão Administrativa quer às Direcções e Serviços, sendo

além disso definido que o pessoal especializado em organização (organizadores e agentes de estudos de trabalho) trabalhariam fundamentalmente em projectos de organização e no desenvolvimento de acções de análise-diagnóstico permanente e de manutenção dos sistemas e processos vigentes. A título transitório foi incluído no GOM um «Núcleo de Normalização e Codificação», a fim de inventariar e normalizar os impressos utilizados na Companhia e de prosseguir com o programa de implementação relativo a nomenclatura e codificação de materiais de armazém.

Elaborou-se, a partir de informações recolhidas pelos diversos departamentos da empresa, um inventário de acções de organização em curso ou em projecto, com premência de lançamento e estabeleceram-se metodologias para o lançamento de acções de organização e de análise-diagnóstico e um plano de prioridades para as cinquenta e oito acções de organização inventariadas.

Deu-se um especial relevo à formação e reciclagem de especialistas em organização nomeadamente através da frequência de cursos organizados quer internamente quer por entidades exteriores.

Paralelamente prosseguiu a implementação de acções referentes a métodos e processos administrativos e procedeu-se ao lançamento de outras visando o aumento de operacionalidade de diversos serviços.

Igualmente se preparou um projecto de delegação de competências da Comissão Administrativa na Comissão Directiva, nas Direcções Operacionais e nos Departamentos Centrais.

ASSUNTOS GERAIS DO TRABALHO. ACÇÃO SOCIAL

No âmbito da Companhia, área do Estatuto do Pessoal, procedeu-se à classificação de toda a regulamentação sobre pessoal e da legislação oficial relacionada com os aspectos do trabalho. Prevê-se a elaboração de textos de substituição dos actuais, a editar numa forma que facilite a consulta e actualização continuada. Ainda por intermédio desta área procurou-se fomentar um melhor aproveitamento dos Centros de Cálculo para a criação de sistemas informáticos que facilitem as acções de gestão do pessoal.

A área de Gestão de Recursos Humanos viu-se assoberbada pelo crescimento do número de concursos para admissões e movimentação de pessoal

associados ao desenvolvimento e reestruturação interna em curso.

Por acordo entre a anterior Gerência e o Conselho de Trabalhadores foram criadas a Comissão de Anomalias e a Comissão Paritária para recursos relativos a processos de Análise e Qualificação de Funções iniciados antes da entrada em vigor do actual Contrato Colectivo de Trabalho (1/9/73).

Dando seguimento ao despacho do Ministro da Indústria e Tecnologia de 15/10/75 sobre este assunto, definiu-se orientação relativa ao processo de qualificação de funções retomando-se a estruturação desta área no âmbito da Direcção Central para o Pessoal.

Na área de Condições de Trabalho e Segurança é de destacar a realização do 1.º curso de Monitores de Segurança levado a cabo num estaleiro, orientado pelo Centro de Formação Profissional da Indústria Eléctrica.

Foi promovido o apoio laboratorial às instalações exteriores no respeitante a análise de águas, gases e ruídos.

No âmbito salarial regista-se, numa primeira fase, a integração de subvenções para impostos nos vencimentos base e, numa segunda fase, ajustamentos salariais nos vencimentos inferiores a 12 000\$00, enquadrados numa primeira revisão estudada pela Comissão de Reestruturação e homologada pelo Secretário de Estado de Energia e Minas, dentro de uma política de uniformização progressiva de situações do pessoal das empresas nacionalizadas.

Prosseguiram as actividades de formação continuando o aproveitamento das capacidades dos trabalhadores através de cursos de reconversão, que até agora já proporcionaram a entrada em carreiras especializadas a cerca de 200 dentre eles. Concluiu-se no final de 1974 o 1.º curso de encarregados de bloco, constituindo o acesso dos auxiliares de bloco a esta profissão o princípio de uma evolução dentro desta linha de carreira.

O Departamento Central de Formação pôde, para além disso, efectuar a preparação de pessoal recém-admitido e iniciar as acções de aperfeiçoamento que, até agora, o volume das acções de reconversão não tem permitido realizar.

Continuaram a ser concedidos subsídios e dispensas para a frequência de cursos exteriores à empresa.

Os Serviços Médicos têm continuado a exercer a sua actividade, quer no campo da medicina curativa e profiláctica, quer no campo da medicina do trabalho, tendo sido objecto dos seus cuidados cerca de 4 700 trabalhadores e seus familiares, num total de 19 200 pessoas. Para se dar uma ideia desta actividade, apresentam-se alguns dos seus dados estatísticos mais expressivos:

a) Medicina assistencial

Consultas:

Clínica geral	20 151
Pedriatria	5 583
Especialidades	6 121

b) Medicina do trabalho

Trabalhadores examinados	3 331
--------------------------	-------

INVESTIMENTO E MEIOS FINANCEIROS

A sucessão do crescimento dos investimentos anuais que se vêm verificando desde o início das actividades da CPE, culminou, em 1975, com o valor bruto de 4 573 057 contos, verificando-se deste modo um acréscimo de 1 383 914 contos sobre o correspondente valor de 1974, acréscimo a que não são estranhas as diversas tensões inflacionistas que não deixaram de agravar os custos dos empreendimentos executados.

A discriminação é a que se apresenta no quadro seguinte:

	Contos		
	1975	1974	Varição %
NAS CONCESSÕES			
Aproveitamentos hidráulicos	1 954 077	1 356 418	+ 44,1
Centrais térmicas	1 623 482	1 084 047	+ 49,8
Linhas	562 002	243 842	+ 130,5
Subestações	372 151	416 207	— 10,6
Estudos e projectos gerais	33 174	28 298	+ 17,2
Outros	52 332	13 844	+ 278,4
SOMA	4 597 218	3 142 656	+ 46,3
FORA DAS CONCESSÕES			
Aquisições	27 915	46 487	— 40,0
Abates	— 2 078		
Transferências para investimento nas concessões	— 49 998		
SOMA	— 24 161	46 487	— 152,0
TOTAL	4 573 057	3 189 143	+ 43,4

Dados os condicionalismos de transição do sistema financeiro, nem sempre foi fácil encontrar a cobertura financeira indispensável para assegurar o regular pagamento de tão vultoso investimento, a qual acabou por recair predominantemente na banca nacionalizada, na modalidade de curto prazo, evidentemente inadequada ao tipo de investimentos característicos da actividade do sector em que a CPE está inserida.

Por essa via, mobilizaram-se ao longo do ano cerca de 3,5 milhões de contos, parte dos quais,

acrescida dos financiamentos do mesmo tipo que transitaram de 1974, foi objecto de conversão num financiamento a médio prazo, tomado pela referida banca, no valor de 4 739 712 contos, operação que teve lugar no final do ano e que melhorou sensivelmente a estrutura dos capitais permanentes da Companhia.

Os restantes meios financeiros foram obtidos nos mercados financeiros interno e externo, nas modalidades que se evidenciam no quadro seguinte:

Contos

	Mercado Interno	Mercado Externo	Total
I — FINANCIAMENTOS			
EMPRÉSTIMOS			
Caixa Geral de Depósitos	373 710		373 710
Banco de Fomento Nacional	200 000		200 000
Crédit Suisse		19 860	19 860
Crédit Lyonnais		9 527	9 527
Soma	573 710	29 387	603 097
FINANCIAMENTO AO EQUIPAMENTO			
Banco de Fomento Nacional	116 068		116 068
Lazard Brothers & C.º Ltd.		791	791
Crédit Suisse		138 759	138 759
Crédit Lyonnais		10 674	10 674
Kraftwerk Union Acktieng — KWU		28 667	28 667
Soma	116 068	178 891	294 959
LINHAS DE CRÉDITO			
Sociedade Financeira Portuguesa		3 393	3 393
ORION TERMBANK ⁽¹⁾		(11 543)	(11 543)
Total	689 778	200 128	889 906
II — PRÉ-FINANCIAMENTOS			
ACEITES BANCÁRIOS			
Caixa Geral de Depósitos	400 000		400 000
Banco de Fomento Nacional	500 000		500 000
Bancos Comerciais	1 076 000		1 076 000
Soma	1 976 000		1 976 000
SAQUES DE FORNECEDORES E DE EMPREITEIROS			
Bancos Comerciais	1 021 312		1 021 312
OUTROS			
Chemical Bank		120 762	120 762
Crédit Lyonnais		85 737	85 737
Hill Samuel, Ltd.		68 684	68 684
Banco Português do Atlântico — Paris		227 071	227 071
Banco Pinto & Sotto Mayor — Paris		82 521	82 521
Hill Samuel, Ltd. — Crédit Lyonnais		584 775	584 775
Reconversão		(— 259 766)	(— 259 766)
Soma		325 009	325 009
Total	2 997 312	325 009	3 322 321
Soma (I e II)	3 687 090	525 137	4 212 227
III — EFEITOS A PAGAR			
	538 434		538 434
Soma (I, II e III)	4 225 524	525 137	4 750 661

(¹) Resultante de variação de paridade.

Os financiamentos externos obtidos revestiram a forma de créditos financeiros directos e de créditos à exportação de equipamentos encomendados — por não serem de fabricação nacional —, os primeiros baseados nas taxas inter-bancárias de

Londres e os segundos beneficiando de taxas especiais.

Tratando-se em geral de empréstimos denominados em multi-divisas convertíveis, a CPE procurou cobrir-se dos riscos cambiais inerentes, dentro

das possibilidades concedidas pelo Banco Central, cobertura que todavia não isenta completamente a Companhia desses riscos, porque a garantia de câmbio (Swap) é limitada no tempo e é restrita ao crédito financeiro. Estão decorrendo diligências para que, no futuro, o Banco Central possa rever a sua política nesta matéria, tendo em atenção a natureza de infraestrutura e as peculiaridades — em actividade interna e serviço remunerado por tarifa — do sector da electricidade.

Também se evidencia no quadro a reconversão parcial dum financiamento de US\$ 10 000 000 lide-

rado por Crédit Lyonnais — Paris e Hill Samuel, Ltd. — Londres.

No financiamento ao equipamento, o valor referido no quadro diz apenas respeito às utilizações em 1975 dos contratos firmados naquele ano em diversos países fornecedores que totalizam o contra-valor de cerca de 718 000 contos às paridades das datas da formalização das negociações.

Por outro lado, a Companhia manteve em dia o serviço dos empréstimos contratuais e dos obrigacionistas, promovendo os correspondentes pagamentos de harmonia com os planos de amortização. A amortização global atingiu 559 319 contos.

Contos

	Mercado Interno	Mercado Externo	Total
I — OBRIGAÇÕES			
Clássicas	142 995	9 056	152 051
Convertíveis	8 777		8 777
Soma	151 772	9 056	160 828
II — EMPRÉSTIMOS			
Caixa Geral de Depósitos	36 136		36 136
Banco de Fomento Nacional	184 757		184 757
Banco Mundial — IBRD		91 023	91 023
Bancos Comerciais	9 668		9 668
Soma	230 561	91 023	321 584
III — FINANCIAMENTO AO EQUIPAMENTO			
Banco de Fomento Nacional	25 818		25 818
Lazard Brothers & Co. Ltd.		29 878	29 878
Outros		20 872	20 872
Soma	25 818	50 750	76 568
IV — LINHAS DE CRÉDITO			
Sociedade Financeira Portuguesa		339	339
TOTAL	408 151	151 168	559 319

Os meios financeiros obtidos e o investimento global da CPE, em 1975, relacionam-se como segue:

Contos

	1975	1974	Variações
INVESTIMENTO GLOBAL			
Investimento	4 573 057	3 189 143	+ 1 383 914
Amortizações financeiras	559 319	422 877	+ 136 442
	5 132 376	3 612 020	+ 1 520 356
MEIOS FINANCEIROS			
Financiamentos	889 905	914 668	— 24 763
Pré-financiamentos	3 322 321	1 974 488	+ 1 347 833
Participação do Estado na Aguieira	287 000	79 918	+ 207 082
Efeitos a pagar	538 434	209 286	+ 329 148
Outros	94 716	433 660	— 338 944
	5 132 376	3 612 020	+ 1 520 356

FINANCIAMENTO PARA 1976

Como habitualmente, está elaborado o orçamento da Companhia para 1976 cujos grandes números, na despesa, são:

	Milhares de contos
Investimento	6 117
Amortização Financeira	724
Exploração	3 759
	<u>10 600</u>

A revisão tarifária, a que se fez referência no relatório do ano passado e que se concretizou durante o mês de Maio de 1976, contribuirá para que o equilíbrio económico e financeiro da exploração seja retomado e que, na sequência de medidas complementares, se venham a encontrar os meios indispensáveis ao cumprimento dos compromissos ligados à amortização financeira, de modo a que seja criado excedente compatível com certo grau de autofinanciamento para cobertura parcial dos custos dos novos investimentos.

Em termos de orçamento de tesouraria, a previsão de novos financiamentos é de 6 745 000 contos, estando assegurada nesta data a participação do Estado, através do seu Orçamento Geral, de

800 000 contos como dotação de capital. Também a participação do Estado nos empreendimentos de fins múltiplos da Aguieira e do Alqueva está estimada para este ano em 430 000 contos.

No quadro do auxílio de emergência proporcionado pela Comunidade Económica Europeia a Portugal, a Companhia obteve do Banco Europeu de Investimento um importante financiamento de 35 000 000 de unidades de conta (a materializar em duas tranches, U. C. 20 000 000 em 1975 e U. C. 15 000 000 em 1976) em condições excepcionais de taxa (6,5 %) e de prazo (15 anos), empréstimo destinado ao financiamento da primeira fase da central de Setúbal (grupos I e II) e de componentes da rede de transporte a 400 kW, uns e outros em fase de construção.

Estão também negociados financiamentos ligados a compras de equipamentos no estrangeiro (que a indústria nacional não fabrica) de que, em 1976, se prevê uma utilização de 260 000 contos.

No conjunto estão assegurados 2 110 000 contos, continuando em curso negociações para os financiamentos complementares — cerca de 2/3 dos já agenciados — a repartir nos mercados financeiros interno e externo, com destaque para empréstimos obrigacionistas que se espera levar a cabo ainda este ano.

BALANÇO E RESULTADOS

No seguimento da informação que tem sido apresentada em anos anteriores, seguem-se alguns quadros que reflectem, do ponto de vista contabilís-

tico, a actividade da CPE. Quanto a variação das massas patrimoniais anota-se o seguinte:

Contos			
	1975	1974	Variação
ACTIVO			
Disponível	298 864	244 221	+ 54 643
Realizável	1 853 012	919 400	+ 933 612
Existências	497 906	332 456	+ 165 450
Imobilizado bruto	31 006 998	26 438 428	+ 4 568 570
Reintegrações (a deduzir)	(4 031 357)	(3 473 080)	+ (558 277)
Imobilizado líquido	26 975 641	22 965 348	+ 4 010 293
De transição	56 710	53 167	+ 3 543
TOTAL	29 682 133	24 514 592	+ 5 167 541
PASSIVO			
Exigível a curto prazo	3 144 971	1 807 896	+ 1 337 075
Exigível a médio e longo prazo	16 214 996	13 201 460	+ 3 013 536
De transição	501 440	222 949	+ 278 491
Soma	19 861 407	15 232 305	+ 4 629 102
SITUAÇÃO LÍQUIDA			
Inicial	5 835 896	5 700 000	+ 135 896
Acumulada	393 229	393 183	+ 46
Condicionada	3 204 434	2 891 359	+ 313 075
Adquirida	387 167	297 745	+ 89 422
Soma	9 820 726	9 282 287	+ 538 439
TOTAL	29 682 133	24 514 592	+ 5 167 541

Por este quadro verifica-se que, relativamente a 1975, o activo líquido da Companhia foi acrescentado de 5 167 541 contos, dos quais 89,6 % foram cobertos pelo acréscimo do passivo. Neste valor, destacam-se 3 107 386 contos respeitantes a novas instalações construídas e entregues à Exploração e 1 455 492 contos de acréscimo do valor das construções em curso que transitam para 1976.

Tendo em conta a amortização directa de encargos incorpóreos e os abates ao activo fixo efectuados no ano, o aumento real nas imobilizações atingiu 4 568 570 contos.

A comparação percentual entre as massas patrimoniais, tendo em atenção a estrutura financeira do Balanço, efectuadas as regularizações apropriadas, estabelece-se como segue:

	1975	1974
Disponível	1,0	1,0
Realizável	6,2	3,7
Existências	1,7	1,4
ACTIVO CIRCULANTE	8,9	6,1
IMOBILIZAÇÕES LÍQUIDAS	90,9	93,7
Activo de transição	0,2	0,2
	100,0	100,0
PASSIVO A CURTO PRAZO	11,5	16,2
Passivo a médio e a longo prazo	54,7	44,8
Capitais próprios e condicionados	33,3	36,8
CAPITAIS PERMANENTES	88,0	81,6
Passivo de transição	0,2	0,9
RESULTADOS	0,3	1,3
	100,0	100,0

A análise deste quadro fornece os seguintes indicadores:

- a relação «capitais alheios de médio e longo prazo/capitais próprios e condicionados» subiu para 1,638 (em 1974 era de 1,220), progredindo-se assim na correcção das distorções da estrutura financeira provenientes da fusão das empresas da rede primária.
- os capitais permanentes cobrem 96,8 % das imobilizações líquidas (contra 87 % em 1974), por natural decorrência do aumento dos capitais de curto prazo.
- o activo circulante representa 77,4 % do exigível a curto prazo (37,6 % em 1974), naquele avultando o débito de 569 084 contos do Fundo

de Apoio Térmico e o acréscimo de créditos em mãos de clientes por moras de pagamento.

Tendo-se mantido o elevado ritmo de investimento indispensável ao cumprimento das responsabilidades da Companhia em termos de abastecimento de energia eléctrica, anota-se que totaliza 31 006 998 contos o activo bruto, não reavaliado, dos quais 21 021 350 contos representam as imobilizações em exploração e 9 253 468 contos o imobilizado em construção. As reintegrações totalizam 4 031 357 contos sendo 3 846 246 contos referentes aos bens das concessões e os restantes 185 111 contos respeitantes aos bens fora das concessões.

Como habitualmente comparam-se os valores das reintegrações com os das respectivas imobilizações.

	Custo	Reintegração		Valor vivo	
	Contos	Contos	o/o	Contos	o/o
IMOBILIZAÇÕES AFECTAS ÀS CONCESSÕES:					
Produção hidráulica	15 142 761	2 115 616	14,0	13 027 145	86,0
Produção térmica	3 245 209	618 109	19,0	2 627 100	81,0
Rede de transporte e outras instalações	2 633 380	1 112 521	42,2	1 520 859	58,2
	21 021 350	3 846 246	18,3	17 175 104	81,8
IMOBILIZAÇÕES NÃO AFECTAS ÀS CONCESSÕES	408 044	185 111	45,4	222 933	52,0
	21 429 394	4 031 357	18,8	17 398 037	81,2

Eliminando os valores não reintegráveis (terrenos e acessos), a reintegração global em percentagem do imobilizado nas concessões atinge 20,5 % do total.

Na apreciação destes valores relativos deverá ter-se em conta que, em 1975, foram entregues à Exploração 3 107 386 contos de novas instalações, as quais, entrando no 1.º ano de reintegração, provocam naturalmente a descida dos valores médios acumulados relativos à reintegração do conjunto do imobilizado em exploração.

O passivo, no total de 19 861 407 contos, foi acrescido relativamente ao ano anterior de 4629 102 contos, dos quais 3 014 684 contos representam exibilidades a médio e a longo prazo.

Sob a rubrica «Pré-financiamentos» figuram em «Exigível a médio e a longo prazo» o passivo reconvertido a que já nos referimos.

No mapa seguinte refere-se o movimento nas rubricas de Financiamentos, Pré-financiamentos e Efeitos a pagar.

Contos				
	Saldo no início do ano	Movimento em 1975		Saldo no fim do ano
		Amortização	Financiamento	
I — FINANCIAMENTOS				
OBRIGAÇÕES				
Mercado interno	1 882 103	151 772		1 730 331
Mercado externo	83 260	9 056		74 204
Soma	1 965 363	160 828		1 804 535
EMPRÉSTIMOS				
Mercado interno	7 382 802	230 561	1 002 710 (a)	8 154 951
Mercado externo	1 584 738	91 023	17 842	1 511 557
Soma	8 967 540	321 584	1 020 552	9 666 508
FINANCIAMENTO AO EQUIPAMENTO				
Mercado interno	153 733	25 818	116 068	243 983
Mercado externo	327 288	50 750	178 891	455 429
Soma	481 021	76 568	294 959	699 412
LINHAS DE CRÉDITO				
Mercado externo		339	3 393	3 054
TOTAL	11 413 924	559 319	1 318 904	12 173 509
II — PRÉ-FINANCIAMENTOS				
SAQUES DE FORNECEDORES E DE EMPREITEIROS	743 547		1 021 312	1 764 859
ACEITES BANCÁRIOS	1 429 000	429 000 (a)	1 976 000	2 976 000
OUTROS — Mercado externo	259 766		325 009	584 775
TOTAL	2 432 313	429 000	3 322 321	5 325 634
Soma (I e II)	13 846 237	988 319	4 641 225 (a)	17 499 143
III — EFEITOS A PAGAR				
	342 813		538 434	881 247
Soma (I, II e III)	14 189 050	988 319	5 179 659 (a)	18 380 390

(a) Conversão em longo prazo de 429 000 contos na CGD.

Procedeu-se este ano a uma reformulação contabilística das contas «Financiamentos» e «Pré-Financiamentos», com vista a uma melhor caracterização na estrutura do mapa anterior relativamente ao publicado no relatório do exercício de 1974. Por outro lado, no que se refere a «Obrigações — Mercado Interno», foi deduzido ao saldo em 31/12/75 o valor da conversão, verificada em Janeiro de 1975 por opção dos obrigacionistas — 135 896 contos — valor que foi acrescer ao Capital Social da Companhia.

A dívida total de 18 380 390 contos, referida no mapa anterior, distribui-se como segue:

Mercado Interno	15 751 370 contos — 85,7 %
Mercado Externo	2 629 020 » — 14,3 %

As responsabilidades da CPE perante o Banco Mundial, aos câmbios de entrada das divisas, atingem 1 119 518 contos e representam 6,1 % do total da dívida.

Ao longo do ano, a CPE recebeu 287 000 contos referentes à participação do Estado no custo do aproveitamento da Aguieira perfazendo o total de 444 918 contos, os quais foram contabilizados, como em anos anteriores (e enquanto não são definidas superiormente as questões patrimoniais decorrentes dos fins múltiplos do aproveitamento), em «Contas transitórias e de Regularização».

Na Situação Líquida, para além do acréscimo do Capital Social por motivos de reconversão de obrigações convertíveis já referida, anota-se apenas o aumento da conta «Subvenções Recebidas para Investimento» — 313 058 contos — correspondente à dotação legal de 1975, líquida da parte utilizada no mesmo ano a título de reintegração de bens subvencionados.

A conta de «Exploração Eléctrica» apresenta, a débito, nova configuração, que resulta da criação da Direcção de Exploração, com vista ao apuramento mais detalhado dos custos de exploração.

Na análise desta conta sublinha-se que a rubrica «Venda de Energia» apresenta um acréscimo de 638 814 contos dos quais 497 248 contos respeitam ao diferencial de \$07/kWh emitido, consignado ao Fundo de Apoio Térmico (FAT) conforme despacho conjunto, datado de 3 de Março de 1975, dos Secretários de Estado de Abastecimento e Preços e da Indústria e Energia. O acréscimo verifi-

cado nas receitas próprias da CPE — 141 566 contos — relativamente a 1974 é de 5,2 % (em 1974 o acréscimo sobre 1973 foi de 13 %).

A má hidraulicidade do ano está na origem dos elevados montantes da energia importada e dos combustíveis utilizados na produção térmica (em 1975 importaram-se de França 438,070 GWh — 5,4 % da produção da CPE) que custaram à Companhia — considerada a portagem paga a Espanha — 293 842 contos.

As restantes despesas de exploração totalizaram 599 568 contos e apresentam um acréscimo de 17,7 % relativamente ao ano passado, devendo considerar-se, porém, que esse acréscimo é influenciado pela entrada em exploração de novos centros produtores e elementos da rede.

Os movimentos relevados na Conta de Exploração no que diz respeito ao Fundo de Apoio Térmico, decorrentes de despachos ministeriais, conduzem a um agravamento sensível do seu déficit, o qual tem de se considerar até certo ponto natural, em resultado das circunstâncias gravosas em que decorreu a produção de energia eléctrica, face às condições de excepção do ano, a que já nos referimos. De qualquer forma — e conhecidas já as más perspectivas em que vai decorrer, do ponto de vista hidrológico, o ano de 1976 — terão de ser encontrados, a curto prazo, dispositivos que permitam o saneamento financeiro deste fundo público.

A subvenção para investimento foi fixada por despacho ministerial em 338 900 contos, não tendo sido necessário dotar este ano a subvenção para amortização financeira por virtude do serviço do empréstimo ter sido coberto pelas reintegrações contabilizadas.

A exploração fecha com saldo de 902 896 061\$51, inferior em 12,3 % ao de 1974.

Em «Lucros e Perdas» há uma subida global de encargos de 127 212 contos, praticamente correspondente ao aumento de encargos financeiros, os quais atingiram 1 508 689 contos, de que foram imputados 860 465 contos ao investimento, como correspondendo ao custo do dinheiro aplicado nas imobilizações em curso.

Constituiu-se, como habitualmente, a provisão para encargos fiscais vencíveis em 1975 que não foram liquidados.

O saldo final desta conta traduz-se no lucro de 89 422 197\$81 (contra 345 707 802\$22 em 1974) que põe em evidência a degradação do equilíbrio

económico da exploração, pois não deve ignorar-se que, nos números contabilizados não se inclui, obviamente, qualquer remuneração ao capital social — 5 835 896 000\$00 — agora totalmente na posse do Estado.

Parece oportuno analisar neste momento o aspecto do autofinanciamento como fonte de meios de pagamento dos novos investimentos. Em 1975 o valor das amortizações técnicas contabilizadas atingiu 562 765 contos com o que se cobriu a amortização financeira — 559 319 contos — donde o pequeno saldo de 3 446 contos.

Desta forma, o autofinanciamento da Companhia em termos de contribuição para cobertura

dos custos das novas instalações, expressou-se praticamente no valor da subvenção que figura na Conta de Exploração, e que é da ordem de apenas 8 % do investimento da CPE em 1975.

Esta insuficiência de autofinanciamento assume aspectos de certa gravidade, pois que obriga a recorrer a maiores níveis de financiamento e, por conseguinte, a onerar desde logo o custo das obras e a agravar, no futuro, os encargos de exploração com o maior peso dos juros e das amortizações a pagar.

No mapa seguinte, faz-se a comparação das contas de Exploração e de Lucros e Perdas de 1974 e 1975.

	1975	1974	VARIAÇÃO	
			Contos	%
PROVEITOS				
Venda de energia	3 349 983	2 711 169	+ 638 814	+ 23,6
Resultados diversos	6 188	10 831	— 4 643	— 42,9
FAT — Cobertura de encargos variáveis	1 717 310	755 362	+ 961 948	+ 127,3
Subvenção para investimento — cobertura da anuidade de reintegração de bens subvencionados	25 888	17 155	+ 8 733	+ 50,9
TOTAL	5 099 369	3 494 517	+ 1 604 852	+ 45,9
CUSTOS				
Compra de energia	294 128	4 402	+ 289 726	+ 6 581,7
Combustíveis	1 266 224	592 901	+ 673 323	+ 113,6
Encargos gerais departamentais	81 832	59 509	+ 22 323	+ 37,5
Encargos de exploração	194 858	449 874	+ 67 863	+ 15,1
Encargos de condução	142 368			
Encargos de conservação e reparação	180 510			
Reintegrações de imobilizações afectas às concessões (anuidade)	453 730	380 851	+ 72 879	+ 19,1
Subvenção para investimentos	338 900	265 000	+ 73 900	+ 27,9
FAT — Participação na receita da CPE	1 236 106	702 193	+ 533 913	+ 76,0
Soma	4 188 656	2 454 730	+ 1 733 927	+ 70,6
Despesas gerais	92 030	100 757	— 8 727	— 8,7
Despesas de formação e estudos	32 462	26 132	+ 6 330	+ 24,2
Taxas, contribuições e impostos	62 955	64 928	— 1 973	— 3,0
Encargos financeiros	626 282	495 642	+ 130 640	+ 26,4
Reintegrações de imobilizações não afectas às concessões	3 074	2 327	+ 747	+ 32,1
Encargos a amortizar	4 488	4 293	+ 195	+ 4,5
Soma	821 291	694 079	+ 127 212	+ 18,3
TOTAL	5 009 947	3 148 809	+ 1 861 139	+ 59,1
RESULTADOS	89 422	345 708	— 256 287	— 74,1

A energia facturada a clientes em 1975, correspondente a 8 615 GWh no valor de 3 344 092 contos, conduz ao preço médio do kWh de \$38,8 que

se compara discriminadamente com os números homólogos de 1974.

	1975		1974	
	Valor	o/o	Valor	o/o
Compra de energia, combustíveis e apoio térmico	\$12,5	32,27	\$06,6	20,12
Despesas gerais incluindo taxas, contribuições e impostos	\$03,1	8,05	\$03,1	9,45
Encargos de exploração, condução e conservação	\$06,0	15,48	\$05,4	16,64
Reintegrações	\$05,1	13,07	\$04,4	13,54
Encargos financeiros	\$07,3	18,68	\$06,0	18,33
Subvenções legais	\$03,9	10,13	\$03,2	9,80
Resultados	\$00,9	2,32	\$04,0	12,12
	\$38,8	100,00	\$32,7	100,00

De anotar que parte da energia facturada ao preço médio de \$38,8/kWh foi objecto de importação, ao custo de \$67,076/kWh. Praticamente todos os encargos componentes da tarifa sofreram

acentuada progressão a justificar a queda brusca dos resultados.

Em termos de origem e de aplicação de fundos os movimentos de tesouraria em 1975 traduzem-se no seguinte quadro de financiamento:

Contos

	1975	1974	Varição o/o
ORIGEM DE FUNDOS			
Receita cobrada de energia	2 915 858	2 581 760	+ 12,9
Meios Financeiros			
Financiamentos	889 905	914 668	— 2,7
Pré-financiamentos	3 322 321	1 974 488	+ 68,3
Participação do Estado na Aguieira	287 000	79 918	+ 259,1
Soma	4 499 226	2 969 074	+ 51,5
Efeitos a pagar	538 434	209 286	+ 157,3
Resultados diversos	6 188	10 831	— 42,9
Outras variações activas e passivas	135 344	23 802	+ 468,6
TOTAL (A)	8 095 050	5 794 753	+ 39,7
APLICAÇÃO DE FUNDOS			
Exploração			
Despesas operacionais	2 280 346	1 230 644	+ 85,3
Juros pagos	544 903	407 842	+ 33,6
Impostos pagos	41 955	106 161	— 60,5
Soma	2 867 204	1 744 647	+ 64,3
Investimento	4 573 057	3 189 143	+ 43,4
Desembolsos financeiros	546 935	432 119	+ 26,6
Dividendos pagos (1973)	53 211	452 484	— 88,2
TOTAL (B)	8 040 407	5 818 393	+ 38,2
Variação das disponibilidades (A-B)	+ 54 643	— 23 640	
Disponibilidades no início do ano	244 221	267 861	— 8,8
Disponibilidades no fim do ano	298 864	244 221	+ 22,4

GRÁFICO 1

POSIÇÃO DA CPE NA PRODUÇÃO DE ENERGIA ELÉCTRICA

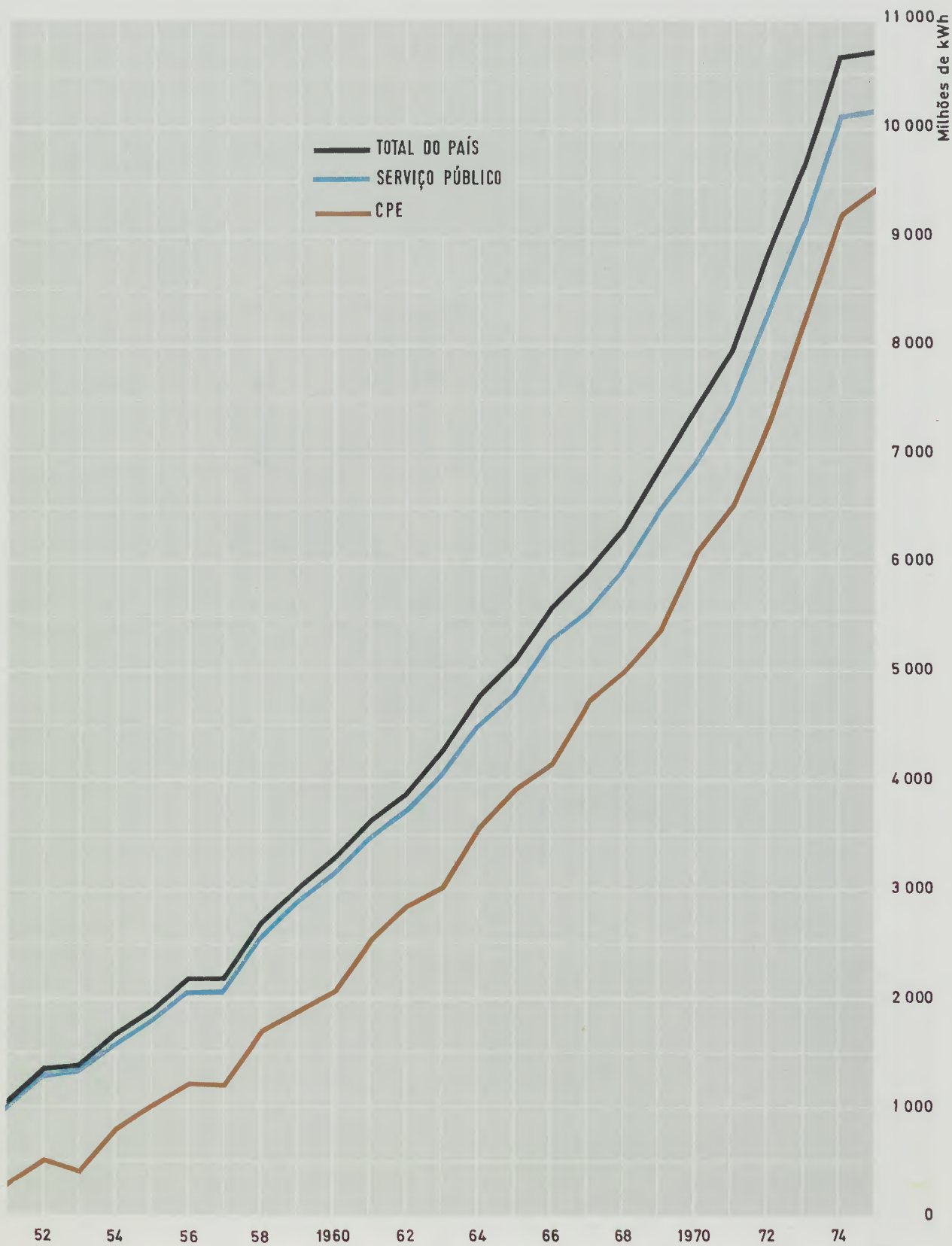


GRÁFICO 2

DESTINO DA ENERGIA NA REDE DA CPE

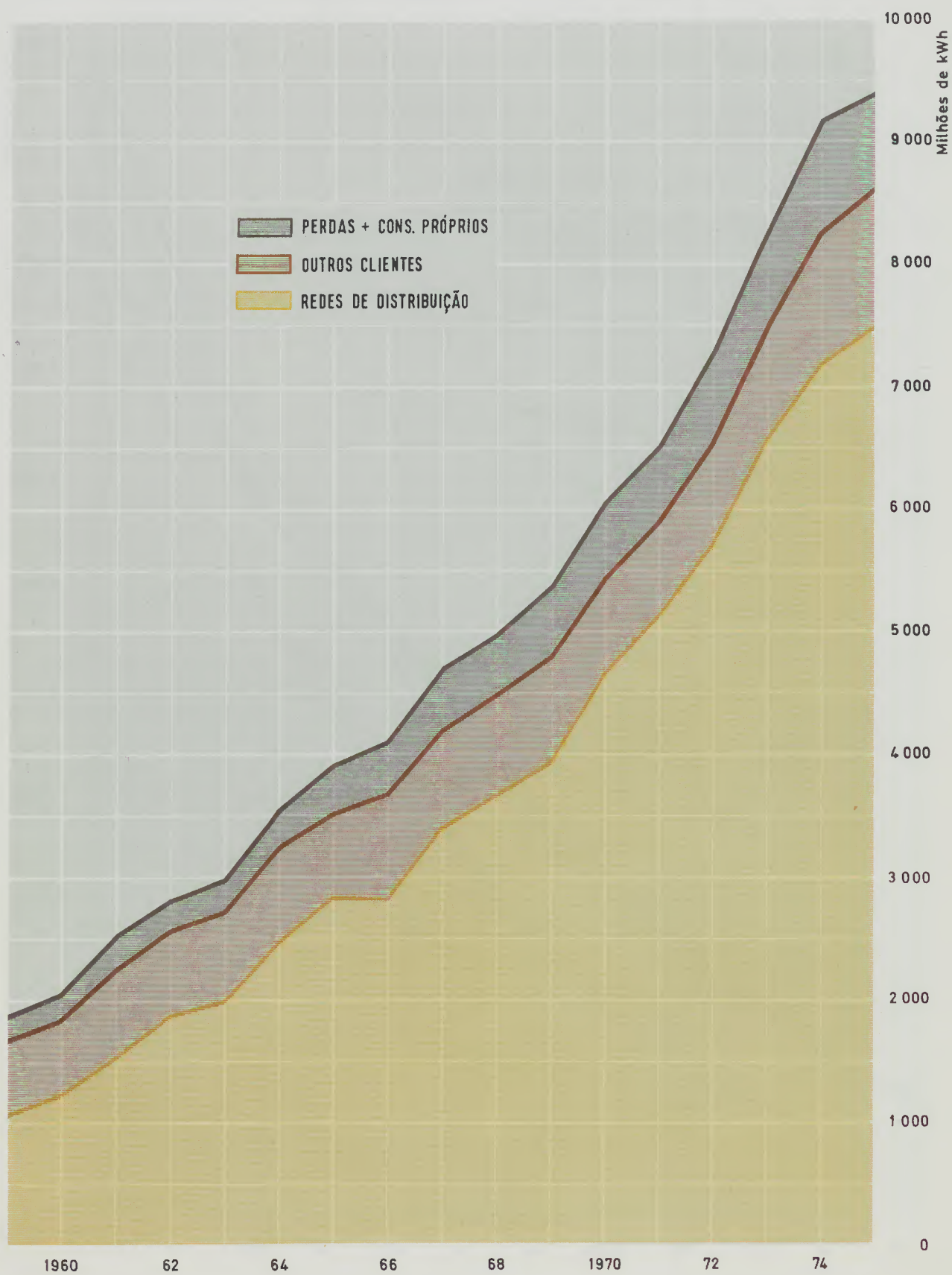


GRÁFICO 3

DIAGRAMAS DOS DIAS DE MAIOR CARGA ANUAL NA REDE DA CPE

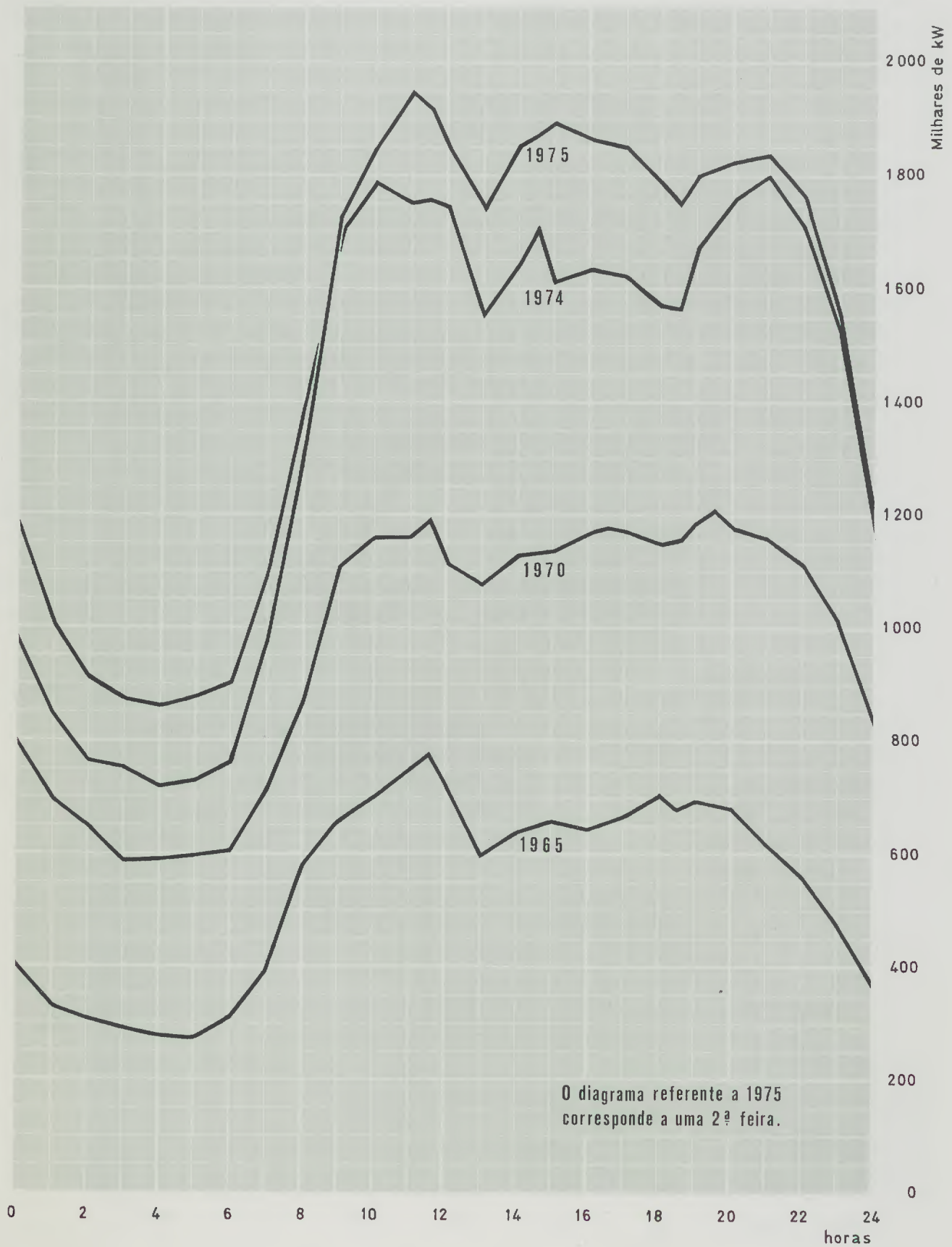
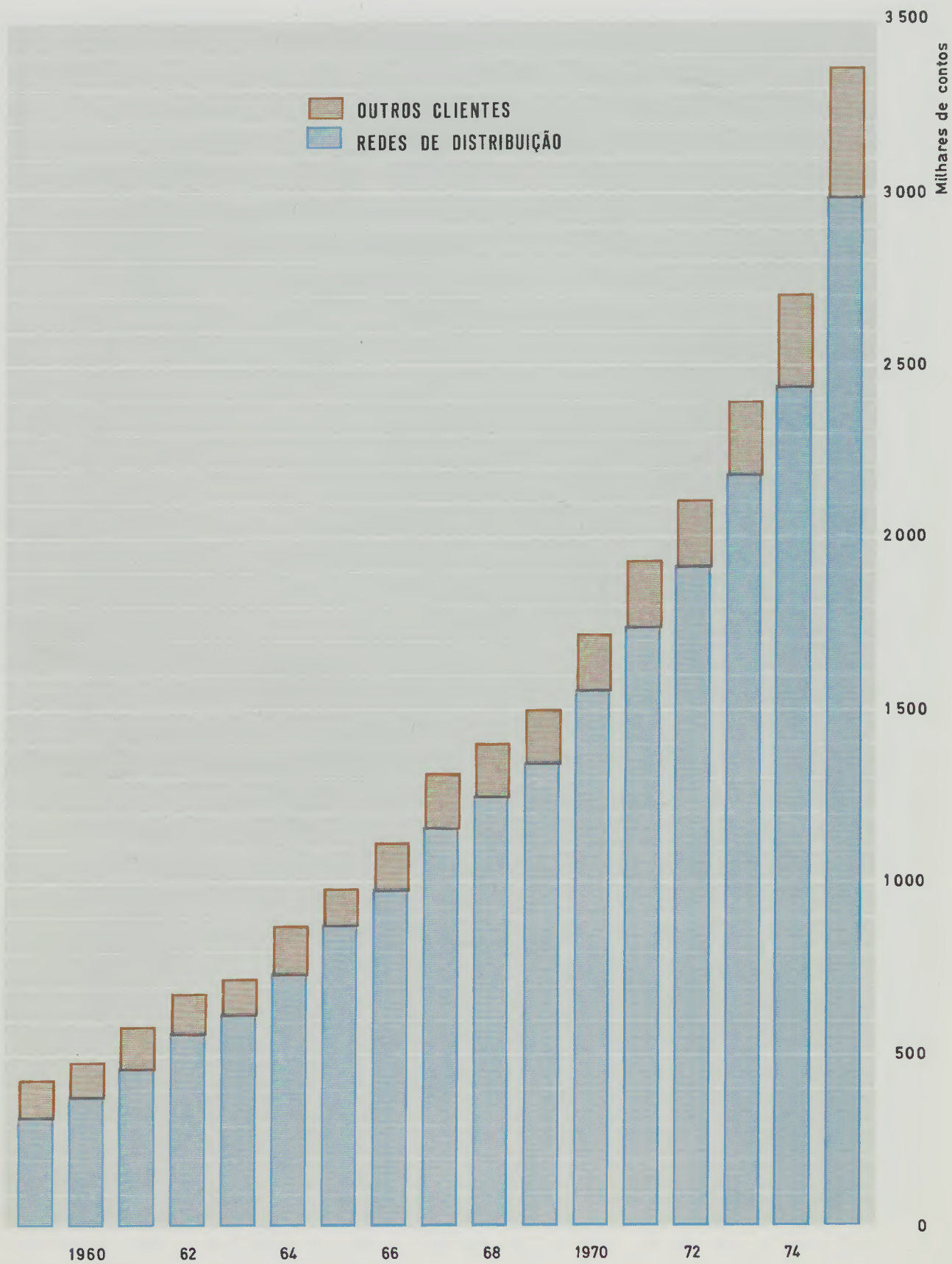


GRÁFICO 4

RECEITAS DA VENDA DE ENERGIA



Este quadro revela que a exploração, em 1975, gerou apenas 48 654 contos de disponibilidades, que, com os resultados diversos apurados, totaliza 54 842 contos, contra 847 944 contos em 1974 e 1 084 002 contos em 1973, assim se confirmando a degradação em 1975 do equilíbrio económico da exploração a que já nos referimos, resultante da insuficiência da tarifa e do mau ano hidrológico.

Em resultado da escassez de fundos gerados internamente, teve por isso a Companhia de cobrir todos os seus pagamentos ligados ao investimento, à amortização financeira e ao dividendo de exercícios anteriores a 1974, praticamente com meios de pagamento onerosos obtidos por crédito de terceiros.

Concluindo, há que decidir sobre a aplicação dos resultados do exercício findo.

Situam-se eles em 89 422 197\$81. Na conta de «Lucros e Perdas» transitou de 1974 a verba de 297 745 193\$72, saldo para aplicar dos resultados daquele ano de 1974, depois de paga a participação nos lucros ao pessoal correspondentes ao mesmo ano, nos termos do art. 50.º dos Estatutos da CPE. A proposta então feita prevê a aplicação de 279 300 contos para dividendo correspondente a 4,9 % do capital, proposta que aguarda, neste momento, decisão. A mesma proposta deixava o saldo de 445 193\$72 para Conta Nova.

Para aplicação dos valores remanescentes — 89 867 391\$63 — sugere a Comissão Administrativa que se afectem 5 % para reforço do Fundo de Re-

serva Legal — 4 500 contos — e que se dê cobertura do encargo aprovado pelo Ministério da Indústria e Tecnologia por despacho de 15/1/976, no total de 52 448 966\$30, respeitante ao pagamento ao pessoal, já efectuado, da sua participação nos lucros de 1975, ficando a diferença de 32 918 425\$33 ao dispor do Estado, sugerindo-se que esta verba seja destinada a minorar a insuficiência do autofinanciamento da Companhia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ano de 1975 foi assinalado pela nacionalização da Companhia Portuguesa de Electricidade dentro de uma acção mais vasta que abrangeu todas as empresas do sector eléctrico.

A reestruturação das empresas e a sua fusão foi, de igual modo, prevista no Decreto-Lei n.º 205/G de 16 de Abril. Assim, o presente relatório será o último a ser elaborado no âmbito da CPE.

A fechar este relatório, exprimimos o nosso agradecimento às Entidades Oficiais com que a empresa teve relações no desenvolvimento da sua actividade, e de igual modo ao Banco de Portugal, à Caixa Geral de Depósitos, ao Banco de Fomento e a toda a banca nacionalizada pelo apoio que nos prestou na resolução dos múltiplos problemas de financiamento que se nos depararam ao longo de todo o ano de 1975.

Porto, 30 de Junho de 1976

A COMISSÃO ADMINISTRATIVA

Carlos Alberto de Oliveira Cruz

Carlos Lucas de Oliveira Freitas

Carlos Pereira Simões

Fernando Ivo Gonçalves

Henrique Menezes Lopes Moreira

BALANÇO E CONTAS DE RESULTADOS

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1975

ACTIVO

DISPONÍVEL

Caixa	2 608 625\$00	
Bancos	296 255 310\$10	298 863 935\$10

REALIZÁVEL

Efeitos a receber	100 733 956\$20	
Clientes	917 619 047\$80	
Devedores e Credores Gerais — Saldos Devedores	142 550 192\$67	
Fornecedores e Empreiteiros — Saldos Devedores	103 774 178\$81	
Fundo de Apoio Térmico	569 084 423\$90	
Carteira de Títulos	19 250 371\$75	1 853 012 171\$13

EXISTÊNCIAS

Materiais em Armazém	249 259 847\$38	
Combustíveis	180 430 877\$70	
Obras em Curso	68 215 248\$43	497 905 973\$51

IMOBILIZADO

Participações Financeiras	68 892 300\$00	
Encargos a Amortizar	10 302 973\$59	
Concessões Mineiras	29 423 590\$10	
Estudos e Projectos Gerais	215 517 075\$08	
Imobilizações em Curso	9 253 468 405\$84	
Imobilizações Afectas às Concessões:		
Aproveitamentos Hidroeléctricos	15 142 761 111\$79	
Reintegrações	— 2 115 615 554\$59	13 027 145 557\$20
Centrais Térmicas	3 245 209 402\$67	
Reintegrações	— 618 108 708\$00	2 627 100 694\$67
Linhas	1 338 373 899\$87	
Subestações	1 138 852 259\$71	
Outras Imobilizações	156 153 823\$17	
	2 633 379 982\$75	
Reintegrações	— 1 112 521 325\$63	1 520 858 657\$12
		17 175 104 908\$99
Imobilizações não Afectas às Concessões	408 043 685\$34	
Reintegrações	— 185 111 274\$16	222 932 411\$18
		26 975 641 664\$78

DE TRANSIÇÃO

Contas Transitórias e de Regularização — Saldos Devedores	56 709 797\$95
---	----------------

29 682 133 542\$47

7 752 437 391\$28

CONTAS DE ORDEM

PASSIVO

CURTO PRAZO

Dividendos a Pagar	4 990 763\$01	
Juros a Pagar	44 669 500\$86	
Obrigações Sorteadas	34 055 576\$10	
Efeitos a Pagar	881 246 823\$60	
Pré-Financiamentos	585 922 565\$10	
Financiamentos:		
Obrigações	170 735 750\$00	
Empréstimos	553 265 283\$53	724 001 033\$53
Devedores e Credores Gerais — Saldos Credores	197 008 095\$04	
Fornecedores e Empreiteiros — Saldos Credores	582 076 804\$61	
Provisões — Para Encargos Fiscais	91 000 000\$00	3 144 971 161\$85

MÉDIO PRAZO

Financiamentos:		
Obrigações	702 243 000\$00	
Empréstimos	4 526 836 773\$85	5 229 079 773\$85
Pré-Financiamentos		2 000 000 000\$00
		7 229 079 773\$85

LONGO PRAZO

Financiamentos:		
Obrigações	931 556 000\$00	
Empréstimos	5 288 871 535\$08	6 220 427 535\$08
Pré-Financiamentos		2 739 711 733\$40
Valores Condicionados		25 777 430\$30
		8 985 916 698\$78

DE TRANSIÇÃO

Contas Transitórias e de Regularização — Saldos Credores	501 439 644\$15	19 861 407 278\$63
--	-----------------	--------------------

SITUAÇÃO LÍQUIDA

INICIAL

Capital	5 835 896 000\$00
---------	-------------------

ACUMULADA

Reservas:		
Obrigatórias:		
Legal		163 400 000\$00
Facultativas:		
Estabilização de Dividendos	218 187 747\$53	
Acção Social	10 170 000\$00	
Outras	1 471 680\$00	229 829 427\$53
		393 229 427\$53

CONDICIONADA

Subvenções Recebidas:		
Para Investimento	1 556 463 482\$52	
Para Amortização Financeira	472 850 365\$10	2 029 313 847\$62
Comparticipações		89 242 187\$17
Reconstituição do Investimento		1 015 079 104\$94
Provisões		70 798 305\$05
		3 204 433 444\$78

ADQUIRIDA

Lucros e Perdas:		
De Exercícios Anteriores	297 745 193\$72	
Do Exercício	89 422 197\$81	387 167 391\$53
		9 820 726 263\$84

29 682 133 542\$47

CONTAS DE ORDEM

7 752 437 391\$28

Porto, 27 de Abril de 1976

O Director Central para os Assuntos Financeiros

Mário A. Gomes

A COMISSÃO ADMINISTRATIVA

Carlos Alberto de Oliveira Cruz
Carlos Lucas de Oliveira Freitas
Carlos Pereira Simões
Fernando Ivo Gonçalves
Henrique Menezes Lopes Moreira

EXPLORAÇÃO ELÉCTRICA

19 75

D É B I T O

Compra de Energia		294 128 594\$80
Combustíveis		1 266 223 801\$57
Encargos Gerais Departamentais (Quota-Parte):		
Pessoal	45 633 290\$76	
Fornecimentos e Serviços Externos	5 840 267\$93	
Materiais de Armazém	10 348\$67	
Serviços e Prestações Internas	7 411 218\$43	
Reintegração de Imobilizações não Afectas às Concessões	2 205 727\$80	
Outras Despesas	20 730 979\$80	81 831 833\$39
Encargos de Exploração:		
Pessoal	156 125 534\$35	
Fornecimentos e Serviços Externos	18 683 881\$47	
Materiais de Armazém	2 542 690\$96	
Serviços e Prestações Internas	10 074 217\$48	
Reintegração de Imobilizações não Afectas às Concessões	1 831 080\$95	
Outras Despesas	5 600 729\$99	194 858 135\$20
Encargos de Condução:		
Pessoal	131 113 534\$80	
Fornecimentos e Serviços Externos	3 074 552\$10	
Materiais de Armazém	8 180 591\$60	142 368 678\$50
Encargos de Conservação e Reparação:		
Pessoal	118 873 568\$30	
Fornecimentos e Serviços Externos	36 119 228\$25	
Materiais de Armazém	12 345 468\$98	
Serviços e Prestações Internas	12 119 687\$40	
Outras Despesas	1 052 157\$36	180 510 110\$29
Reintegração de Imobilizações Afectas às Concessões		453 729 704\$81
Subvenção para Investimento		338 900 000\$00
Fundo de Apoio Térmico:		
S/ Participação na Receita da CPE	738 858 352\$74	
Adicional de \$07	497 247 976\$12	1 236 106 328\$86
		4 188 657 187\$42
Resultados da Exploração		902 896 061\$51
		5 091 553 248\$93

C R É D I T O

Venda de Energia:		
Cientes	3 344 091 521\$44	
C. P. E.	5 891 407\$60	3 349 982 929\$04
Subvenção para Investimento — Cobertura da Anuidade de Reintegração dos Bens Subvencionados		24 260 412\$09
Fundo de Apoio Térmico Cobertura de Encargos Variáveis		1 717 309 907\$80
		5 091 553 248\$93

Porto, 27 de Abril de 1976

O Director Central para os Assuntos Financeiros

Mário A. Gomes

A COMISSÃO ADMINISTRATIVA

Carlos Alberto de Oliveira Cruz
Carlos Lucas de Oliveira Freitas
Carlos Pereira Simões
Fernando Ivo Gonçalves
Henrique Meneses Lopes Moreira

LUCROS E PERDAS

1975

DÉBITO

Despesas Gerais (Quota-Parte):		
Órgãos Sociais	1 775 089\$20	
Pessoal	63 619 994\$65	
Expediente	1 066 955\$80	
Publicidade e Propaganda	500 026\$50	
Outras	25 067 563\$04	92 029 629\$19
Despesas de Formação e Estudos:		
Pessoal	19 759 532\$60	
Fornecimentos e Serviços Externos	2 227 844\$44	
Serviços Internos e Outras Despesas	10 474 263\$97	32 461 641\$01
Taxas, Contribuições e Impostos		41 954 735\$80
Encargos Financeiros:		
De Financiamentos	549 343 954\$53	
De Fundos Próprios	76 938 315\$95	626 282 270\$48
Reintegração de Imobilizações não Afectas às Concessões		3 073 516\$85
Encargos a Amortizar — Amortização		4 487 865\$67
Provisão para Encargos Fiscais — Constituição		32 303 610\$20
Saldo:		
De Exercícios Anteriores	297 745 193\$72	
Do Exercício	89 422 197\$81	387 167 391\$53
		1 219 760 660\$73

CRÉDITO

Resultados da Exploração Eléctrica		902 896 061\$51
Resultados Diversos:		
Rendimentos de Valores Mantidos para Fruição	1 031 726\$10	
Rendimentos Financeiros	4 058 555\$63	
Desconto de Pronto Pagamento e Bónus de Fornecedores	828 125\$40	
Mais-Valias e Outros Rendimentos	189 348\$53	
Exploração de Oficinas	225 055\$83	
	6 332 811\$49	
Exploração do Laboratório (Prejuízo)	— 144 889\$70	6 187 921\$79
Subvenção para Investimento — Cobertura dos Juros das Reintegrações de Bens Subvencionados		1 627 873\$51
Provisão para Encargos Fiscais — Utilização		11 303 610\$20
De Exercícios Anteriores		297 745 193\$72
		1 219 760 660\$73

Porto, 27 de Abril de 1976

O Director Central para os Assuntos Financeiros

Mário A. Gomes

A COMISSÃO ADMINISTRATIVA

Carlos Alberto de Oliveira Cruz
Carlos Lucas de Oliveira Freitas
Carlos Pereira Simões
Fernando Ivo Gonçalves
Henrique Menezes Lopes Moreira

INVENTÁRIO DAS PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS E OUTRAS APLICAÇÕES

EM VALORES MOBILIÁRIOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1975

Designação	Quantidade	Valor nominal	Preço médio de compra	Cotação em Bolsa (a)	Valor de Balanço		Valor Total de Aquisição	Diferenças	
					Unitário	Total		Flutuação de Valores	Perdas levadas a Resultados
1 — Participações financeiras									
1.1 — Quotas									
1.1.1 — EDEL, Lda.	1	79 000\$00	79 000\$00	—	79 000\$00	79 000\$00	79 000\$00	—	—
1.2 — Acções									
1.2.1 — Cooperativa de Consumo do Pessoal da CPE, SCRL	100	100\$00	100\$00	—	100\$00	10 000\$00	10 000\$00	—	—
1.2.2 — Hidro-Eléctrica Portuguesa, SARL	472 533	100\$00	100\$00	—	100\$00	47 253 300\$00	47 253 300\$00	—	—
1.2.3 — SONEFE, SARL (Nom.)	13 100	500\$00	500\$00	450\$00	500\$00	6 550 000\$00	6 550 000\$00	—	—
1.2.4 — Empresa Insular de Electricidade (Ponta Delgada), SARL	15 000	1 000\$00	1 000\$00	—	1 000\$00	15 000 000\$00	15 000 000\$00	—	—
1.9 — Total	500 734					68 892 300\$00	68 892 300\$00	—	—
2 — Outras aplicações									
2.1 — Títulos nacionais:									
2.1.1 — Títulos da dívida pública									
2.1.1.1 — Obrigações do consolidado 3 % — 1942	77	1 000\$00	620\$93	450\$00	620\$93	47 811\$70	47 811\$70	—	—
2.1.1.2 — Obrigações do consolidado 2 $\frac{3}{4}$ % — 1943	2 414	1 000\$00	610\$01	430\$00	610\$01	1 472 560\$05	1 472 560\$05	—	—
2.1.1.9 — Subtotal	2 491					1 520 371\$75	1 520 371\$75	—	—
2.1.2 — Outras Obrigações									
2.1.2.1 — Ex-Hidro-Eléctrica do Cávado, SARL									
2.1.2.1.1 — 4.ª emissão — 1953 — 5 %	1 000	1 000\$00	1 000\$00	735\$00	1 000\$00	1 000 000\$00	1 000 000\$00	—	—
2.1.2.1.2 — 6.ª emissão — 1954 — 5 %	1 230	1 000\$00	1 000\$00	735\$00	1 000\$00	1 230 000\$00	1 230 000\$00	—	—
2.1.2.1.3 — 16.ª emissão — 1963 — 5 %	15 500	1 000\$00	1 000\$00	735\$00	1 000\$00	15 500 000\$00	15 500 000\$00	—	—
2.1.2.9 — Subtotal	17 730					17 730 000\$00	17 730 000\$00	—	—
2.1.9 — Total	20 221					19 250 371\$75	19 250 371\$75	—	—
3 — TOTAL GERAL	520 955					88 142 671\$75	88 142 671\$75	—	—

(a) Último efectuado conforme «Cotação da Bolsa de Lisboa» n.º 12 048, de 24-4-1974.

QUADROS

I — RESUMO ESTATÍSTICO

	Unidades	1975	1974	Variação %
ELEMENTOS FINANCEIROS				
Venda de energia a clientes	10 ³ contos	3 344,1	2 703,9	+ 23,7
Combustíveis consumidos e energia adquirida e importada	»	1 560,3	597,3	+ 161,2
Despesas de exploração geral e impostos	»	791,5	705,4	+ 12,2
Encargos financeiros:				
Globais	»	1 508,7	996,1	+ 51,5
A cargo da exploração	»	626,3	495,6	+ 26,4
Amortizações financeiras	»	559,3	422,9	+ 32,3
Resultados antes das dotações às subvenções legais e ao FAT	»	1 664,4	1 312,9	+ 26,8
Subvenções legais (a)	»	338,9	265,0	+ 27,9
Fundo de Apoio Térmico — FAT (b)	»	1 236,1	702,2	+ 76,0
Lucro líquido	»	89,4	345,7	— 74,2
Dividendos atribuídos e propostos	»	—	279,3	—
Investimento do ano	»	4 573,1	3 189,1	+ 43,4
Investimento acumulado bruto	»	31 007,0	26 438,4	+ 17,3
Reintegrações do ano	»	558,3	472,3	+ 18,2
Reintegrações acumuladas	»	4 031,4	3 473,1	+ 16,1
Financiamento do ano	»	4 750,7	2 889,2	+ 64,4
Capitais permanentes	»	25 671,0	19 995,8	+ 28,4
Próprios e condicionados	»	9 456,0	9 012,3	+ 4,9
Alheios	»	16 215,0	10 983,5	+ 47,6
Recursos próprios (acumulados)	»	13 500,4	12 485,4	+ 8,1
Capacidade de autofinanciamento global	»	1 009,0	1 170,0	— 13,8
Valor acrescentado bruto (c)	»	3 557,8	3 059,6	+ 16,3
Lucro líquido / Capital em circulação	%	1,5	6,1	
Investimento do ano / vendas	%	136,8	117,9	
VENDA DE ENERGIA				
TOTAL	GWh	8 614,7	8 247,9	+ 4,5
Grandes distribuidores	GWh	7 469,0	7 164,8	+ 4,2
Consumidores especiais	GWh	1 145,7	1 083,1	+ 5,8
Preço da energia médio global	ct / kWh	39,0	32,7	+ 19,3
Grandes distribuidores	ct / kWh	39,9	33,9	+ 17,7
Consumidores especiais	ct / kWh	32,9	25,0	+ 31,6
PRODUÇÃO				
Número de centrais		20	19	
Potência instalada no fim do ano	MW	2 610	2 351	+ 11,0
Aumento da potência instalada	MW	259	345	
Produção total	GWh	9 226	9 150	+ 0,8
Ponta máxima	MW	1 904	1 835	+ 3,8
TRANSPORTE				
Extensão das linhas:				
220 kV	km	1 539	1 539	
150 kV	km	1 525	1 476	
60 kV	km	308	293	
Número de subestações		15	14	
Potência instalada	MVA	3 745	3 055	
PESSOAL				
Exploração		1 701	1 527	
Construção:				
Estudos e projectos		766	306	
Estaleiros		1 205	1 065	
Serviços Gerais (d)		420	827	
Investigação e Centros de Cálculo		151	146	
Oficinas e Armazéns		178	195	
Outros		99	196	
TOTAL (e)		4 517	4 262	

(a) Complemento para amortizações financeiras e autofinanciamento, nos termos dos Decretos-Leis n.ºs 46 031, de 14-11-1964, e 46 917, de 23-3-1966.

(b) Decreto-Lei n.º 46 031, de 14-11-1964 e despacho das Secretarias de Estado do Abastecimento e Preços e da Indústria e Energia, de 3-3-1975.

(c) Participação da Companhia no PNB, correspondendo à diferença entre o valor dos bens e serviços produzidos (exploração eléctrica e actividades relacionadas com projectos e construção de novos empreendimentos) e o dos bens e serviços consumidos, uns e outros a preços do mercado.

(d) Actividade repartida por exploração e construção.

(e) Na data de constituição da Companhia o total do pessoal era de 4 940 empregados.

II — EMPREENDIMENTOS EM EXPLORAÇÃO

Sistema	Empreendimento	Ano de entrada em serviço	Potência (MW)	Custo (a) milhares de contos)
Cávado-Rabagão-Homem	Venda Nova	1951	81	479
	Salamonde	1953	42	216
	Canigada	1955	60	396
	Paradela	1956	54	810
	Alto Rabagão	1964	72	1 576
	V. das Furnas	1973	64	1 246
Douro	Picote	1958	180	732
	Miranda	1960	174	886
	Bemposta	1964	210	1 099
	Vilar-Tabuaço	1965	64	969
	Carrapatelo	1971	180	2 365
	Régua	1973	156	2 281
Zêzere-Tejo	C. do Bode	1951	139	677
	Cabril	1954	97	513
	Bouça	1955	50	202
	Fratel	1974	130	1 358
Total hídrico			1 753	15 805
Termoeléctrico	T. do Outeiro			
	Grupo 1	1960	50	324
	Grupo 2	1964	50	249
	Grupo 3	1967	50	257
	Carregado			
	Grupo 1	1968	125	822
	Grupo 2	1969	125	430
	Grupo 3	1973	125	635
	Grupo 4	1974	125	424
	Grupo 5	1975 (b)	125	840
Tunes	Grupos 1 e 2	1973	35	121
	Alto de Mira			
	Grupos 1 e 2	1975	47	182
Total térmico			857	4 284
Rede de transporte	Linhas:			
	220 kV		1 539 km	749
	150 kV		1 525 km	567
	60 kV		308 km	119
	Subestações:			
	Ermesinde		250 MVA	104
	Vermoim		720	166
	Pocinho		90	165
	Estarreja		180	79
	Pereiros		480	146
	Batalha		120	71
	Vila Chã		120	48
	Zêzere		120	80
	Carregado		240 (c)	61
	Sacavém		305	115
	Alto de Mira		600	166
	Setúbal		180	51
	Porto Alto		120	57
	Ferreira do Alentejo		100	49
	Tunes		120	97
Total da rede de transporte			3 745 MVA	2 890
Outras instalações	Laboratório e telecomunicações			158
TOTAL				23 132

(a) Valor escritural em 31-12-75

(b) Em funcionamento experimental, consequentemente ainda não transferido contabilisticamente de «Imobilizações em curso» para «Imobilizações afectas às concessões».

(c) Parte do valor está incluído no custo da central.

III — ENERGIA VENDIDA, RECEITAS E PREÇOS MÉDIOS

	Energia vendida GWh		Receita 10³ contos		Preço médio ctvs/kWh	
	1975	1974	1975	1974	1975	1974
Redes de distribuição	7 469	7 165	2 980	2 429	39,9	33,9
Clientes especiais	1 146	1 083	377	270	32,9	25,0
TOTAL	8 615	8 248	3 357	2 699	39,0	32,7

IV — CENTRAIS HIDROELÉCTRICAS EM CONSTRUÇÃO

Sistema	Empreendimento	Datas previstas de entrada em serviço	Potência (MW)	Energia produtível (GWh/ano)	
				em ano médio	em ano crítico
Douro	Valeira	3.º trimestre de 1976 (1.º grupo)	216	850	440
	Pocinho	2.º semestre de 1980 (1.º grupo)	167	550	280
	Crestuma	1981	105	540	276
Mondego	Aguieira	2.º semestre de 1978 (1.º grupo)	300	235	95
	Raiva	1979	25	35	18
Guadiana	Alqueva	1984 (1.º grupo)	330 (*)	470 (*)	260 (*)

(*) Primeira fase, sem rega.

V — CENTRAIS TERMOELÉCTRICAS EM CONSTRUÇÃO

Central	Grupo	Potência (MW)	Datas previstas de entrada em serviço
Carregado	6	125	2.º semestre de 1976
Setúbal	1	250	2.º semestre de 1977
	2	250	2.º semestre de 1978
Barreiro	1 e 2	2 X 35	2.º semestre de 1976 (início do fornecimento de vapor)
			2.º semestre de 1977 (produção de electricidade)



